



MEMÓRIA DE PESQUISA

12 *Não foi acaso, foi serendipidade: a trajetória de Haydée Caruso*

(It wasn't chance, it was serendipity: the trajectory of Haydée Caruso)

(No fue casualidad, fue fortuna: la trayectoria de Haydée Caruso)

*Herbert Bachett*¹

*Yacine Guellati*²

*Luciane Patrício*³

*Juliana Ferreira da Silva*⁴

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-SOL – UnB). Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0753551671313975>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3555-8751>.

2. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (NEVIS) e do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC/UFF). ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1250080434911363>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1194-4077>.

3. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de Segurança Pública da UFF (DSP/IAC/UFF) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS/UFF). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5587435041315100>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8413-1264>.

4. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília. Pesquisadora Associada do INCT-InEAC/UFF, da ABRAPSO e da Sociedade da AP-LS da APA. ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3544816648806474>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2058-5486>.





Herbert Bachett, Yacine Guellati, Luciane Patrício e Juliana Ferreira da Silva

Resumo – Haydée Caruso é antropóloga, mãe, pesquisadora, professora e gestora pública. Esta entrevista visa contar sua trajetória, pessoal e profissional. Percorrendo desde sua infância até hoje, buscamos conectar suas experiências com os seus contextos sociais. Desta forma, também explicitamos momentos importantes da história recente do Rio de Janeiro e das políticas públicas e segurança pública do Brasil pós-anos 2000.

Palavras Chave: Trajetória; Políticas Públicas; Polícia e Juventude; Segurança Pública.

Abstract – Haydée Caruso is an anthropologist, mother, researcher, teacher and public manager. This interview aims to tell us about her personal and professional career. From her childhood to the present day, we seek to connect her experiences with their social contexts. In this way, we also explain important moments in the recent history of Rio de Janeiro and public policies in Brazil after 2000.

Keywords: Trajectory; Public Policies; Police and Youth; Public Security.

Resumen – Haydée Caruso es antropóloga, madre, investigadora, docente y gestora pública. Esta entrevista tiene como objetivo contar su trayectoria personal y profesional. Desde su infancia hasta la actualidad, buscamos conectar sus vivencias con sus contextos sociales. De esta manera, también explicamos momentos importantes de la historia reciente de Río de Janeiro y de las políticas públicas en Brasil después de la década de 2000.

Palabras clave: Trayectoria; Políticas Públicas; Policía y Juventud; Seguridad Pública.

Apresentação

Serendipidade. Substantivo feminino, originário do inglês, significa a capacidade de atrair para si acontecimentos favoráveis ao “acaso”. Acaso entre aspas porque essa capacidade não é algo inato. Só existe quando a pessoa possui o conhecimento e a perspicácia de enxergar, no dito acaso, aquilo que procura ou necessita, mesmo sem esperar. A palavra é muito utilizada para explicar a sagacidade de cientistas que, diante de erros ou eventos inesperados, fazem descobertas importantes. Ou seja, serendipidade é estar preparado, com sensibilidade e inteligência, para se aproveitar do acaso ou dos acidentes e incidentes da vida, aprendendo com eles ou aproveitando-se deles. Os acasos acontecem o tempo todo, mas serendipidade é apenas para as pessoas sensíveis e proativas.

Haydée Caruso carrega esse termo consigo como um amuleto que lhe guia, não só na vida, como nos trabalhos e pesquisas que empreende. Esse ensinamento só poderia mesmo vir de uma vocacionada antropóloga, ou “sociopóloga”, como se apresenta - com o humor que lhe é característico - aos seus alunos do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB), do qual faz parte desde 2011.

Carioca da gema, nasceu em agosto de 1975 e cresceu na Lapa, centro do Rio, e no bairro Maracanã, na zona norte. Filha de Luciano Caruso Netto, corretor imobiliário, e de Ivoneide Cruz, comerciante, foi criada em berço evangélico, frequentando em toda sua juventude a Igreja e Colégio Adventistas. Aos 19 anos, ingressou no curso de Ciências Sociais da UFRJ. Ainda na faculdade, se encanta pela polícia enquanto objeto científico, que lhe acompanha como agenda de pesquisas e intervenções até sua entrada como professora da UnB. Lá, une a agenda da segurança pública com os estudos sobre juventude e a educação.

O objetivo deste artigo-entrevista é contar a história de Haydée Caruso, mas não apenas isso. Através dela, acreditamos ser possível contar também um pouco da história recente do Rio de Janeiro sob a ótica de uma mulher oriunda da classe média carioca, assim como de experiências importantes do campo da segurança pública e de algumas de suas políticas no Brasil pós-ano 2000. Em um exercício de imaginação sociológica (Mills, 1969), buscamos conectar as experiências e acontecimentos pessoais de nossa entrevistada com seus contextos sociais.

No âmbito da análise social, sabemos que muito do que acreditamos ser um acaso tem explicação



conforme o fundo social que cerca os acontecimentos cotidianos de nossas vidas individuais. No âmbito pessoal e da “vida vivida”, também sabemos que precisamos de serendipidade para não perdermos oportunidades importantes, que mudam nossas trajetórias. Durante a entrevista que baseia este artigo, nossa entrevistada explicou os acontecimentos decisivos de sua vida – como a entrada nas Ciências Sociais, a mudança para Brasília, e a entrada na UnB – com a frase: “eu estava no lugar certo, na hora certa”. Como se tivesse acontecido por mero acaso. Não foi acaso, foi serendipidade.

Infância e juventude

“A de significados múltiplos, para muitos que por ela circulam, vivem e resistem...” foi por meio dessa formulação que a Lapa, território icônico e efervescente do centro do Rio de Janeiro, foi descrita por Haydée Caruso na abertura do seu livro *Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca*, resultante de sua tese de doutorado (Caruso, 2016: 7). No entanto, a Lapa não foi apenas o lócus empírico de sua tese. A autora cresceu entre suas “ruas, becos e esquinas”, sendo influenciada

diretamente por seus significados e por aqueles que nela circulam, o que gerou uma forte conexão emocional e sentimental com o bairro.

Nesta seção, nos inspiramos no conceito de “lugar de fala” para analisar como seu lugar social de origem, assim como sua socialização primária, não apenas contribuiu como nos ajuda a compreender a sua trajetória profissional. O objetivo aqui é contar a sua história desde o nascimento até a entrada na universidade. Com isso, buscamos também compreender de que forma(s) ser uma carioca da gema, criada da Lapa, de família de classe média baixa e de berço cristão, repercutiu em suas escolhas e sua carreira como antropóloga.

Nossa entrevistada nasceu em 1975, no Rio de Janeiro. Primeiro, morou na Rua do Riachuelo, no bairro de Fátima, mas ainda na infância se mudou para a Rua dos Inválidos, ambas nos arredores do famoso bairro da Lapa. Embora não estejam no interior de seus limites espaciais “oficiais”, estão em suas margens, podendo ser consideradas informalmente como Lapa, já que seus moradores vivem e convivem com o bairro, seus sujeitos e sociabilidades. Ali, cresceu andando nas ruas e assim, convivendo com o território, suas peculiaridades e suas personagens:



(...) minhas vizinhas eram travestis, galera boêmia, profissionais liberais, enfim, todo sortimento de gente [risos]. É isso, viver na Lapa significa você encontrar essas pessoas todas, que não são aquelas consideradas “padrão”. Fui criada andando muito nas ruas... quem é do Rio sabe que [a Lapa] não é um lugar muito trivial para crianças, mas eram os meus caminhos, de ir para a escola, aula de inglês, de piano no conservatório. Então, eu sou uma andarilha, que gosta de viver centros de cidade, porque eu nasci nesse contexto.

Um “divisor de águas” ocorre entre seus 7 ou 8 anos, quando sua mãe se converte à Igreja Adventista do Sétimo Dia. A Haydée, que até os oito anos estudou no Liceu de Artes e Ofício, passa a estudar no Colégio Adventista da Guanabara:

Minha vida muda muito quando eu vou para essa nova escola, não só em termos de repertório, [mas] porque aí é tudo em função da igreja, a sociabilidade toda, etc., como também meus pais começam a achar que não é muito legal morar na Lapa.

Um pouco antes de completar 15 anos, seus pais finalmente conseguem sair da Lapa, como desejavam. Se mudam para Jacarepaguá, onde Haydée não

se adaptou. Logo depois, compram um apartamento na Rua São Francisco Xavier, no bairro do Maracanã. Nossa entrevistada passa a sua adolescência na região da Tijuca e seus arredores: “e eu gosto muito dessa vida (...) meu mundo vira ali, onde a minha mãe mora até hoje”.

A partir de então, Haydée se afasta da Lapa, mas não totalmente. A Lapa permanece no seu imaginário de infância, marcada pelos passeios de bicicleta, pelas idas ao Aterro do Flamengo, à Feira da Glória. Durante as férias, havia sempre um reencontro com o bairro boêmio, mais especificamente com o Circo Voador, na Fundação Progresso, onde a família lhe levava. Os fins de semana, por sua vez, geralmente eram passados na casa de sua tia materna, na Penha. Caruso viveu sua adolescência entre vários bairros do Rio de Janeiro, muitos deles no subúrbio, como Ramos, Olaria e Madureira. Essa vivência foi fundamental na construção de sua personalidade: “sempre tive uma relação com o subúrbio carioca, que é muito importante, que também me atravessa, porque eu tenho um espírito muito suburbano (risos)”.

Relembrando essa circulação no subúrbio carioca dos anos 1980, ela nota que sua preocupação com a possibilidade de ser assaltada, assim como as narrativas sobre o tráfico e a violência de modo geral,



estavam ali, sempre presentes. Essas percepções são importantes porque, anos depois, Caruso se tornaria uma antropóloga especialista em temas da segurança pública:

(...) eu nunca tinha parado para pensar nisso, mas a narrativa sobre violência sempre estava lá... Eu tô falando dos anos 80, a gente sempre tinha muitos cuidados sobre assalto... eu mesma fui assaltada algumas vezes, em ônibus, indo para Penha, indo para Ramos, indo para Olaria, indo para Madureira... eu tenho isso do subúrbio carioca muito marcado já com essas chaves... minha mãe sempre muito preocupada por fazermos esses caminhos longos de ônibus para ir à igreja. Eu tenho uma memória afetiva que não é ruim, apesar dessa vigilância, que me marca muito. Quem já andou comigo, (...) a pé, [percebe que] eu sou sempre muito vigilante na rua, eu tenho isso, de o tempo todo estar ligada, de olho no que está vindo por aí. Acho que aprendi nessa fase da vida, e depois estudando no IFCS, que está ali no coração do Rio. Você não pode dar mole, né? (...) hoje consigo entender, por exemplo, que em uma igreja no subúrbio, alguns amigos meus da igreja, que se “desviaram”, [na verdade] entraram para o tráfico. Então, a questão do tráfico estava ali presente.

Caruso também frequentava as periferias da cidade, acompanhando sua mãe nos trabalhos missionários que exercia aos sábados, principalmente no Complexo do Alemão. Ao rememorar esses momentos durante a entrevista, contou seu contato com a violência dos morros cariocas dos anos 1980, período em que a cocaína e o armamento pesado, que hoje compõem a ideia de tráfico e violência no Rio de Janeiro, ainda não se faziam tão presentes. Ao mesmo tempo, sobre o contato com as crianças do projeto missionário, nota o recorte de raça, implícito, sendo ela a única pessoa lida como branca naquele contexto:

Minha mãe é uma missionária, bastante reconhecida, inclusive, na igreja. Ela tinha os grupos juvenis. Como funcionava? A gente ia para a casa da irmã Damiana, que abria a casa dela na favela para minha mãe fazer uma atividade com as crianças. No final, tinha bolo e suco e eu era assistente da minha mãe. Eu não raciocinava sobre isso, mas, entre aquelas crianças, eu era provavelmente a única pessoa lida como branca naquele contexto, no Complexo do Alemão. Eu lembro dessas cenas da minha mãe sendo autorizada a subir (...). A minha mãe sempre conta essa história: “ah, os meninos, os meninos...”. Os



meninos eram os meninos do tráfico, que permitiam ir e que diziam: “Tia, ora por mim. Tia, coloca meu nome na oração”.

A questão racial atravessa a vida pessoal e familiar de Haydée Caruso, reverberando na formação de seu núcleo familiar atual: “eu não poderia ter uma configuração de família diferente da que eu tenho hoje vindo de uma configuração de família como a minha”. Por parte de mãe, seus bisavós e sua avó são negros. A família paterna, por sua vez, é de origem italiana, de quem herdou o sobrenome Caruso, “mas eu quase não tive contato com eles, porque quando eu nasci meus avós já tinham morrido”. Perdendo seu pai quando jovem, a referência familiar foi materna, majoritariamente negra. Nesta configuração familiar, comum a muitas famílias brasileiras, sua pele clara e cabelo liso acabavam por lhe dar uma espécie de diferenciação entre os primos e até irmãos:

Sempre fui a menina branca de uma família negra, e eu sempre tive consciência disso. Porque isso me dava determinados privilégios [entre alguns familiares] porque eu era mais branquinha. E a coisa do cabelo sempre foi muito forte. Minhas primas me diziam: “o seu cabelo é maravilhoso, porque o seu cabelo...”. (...) Então, isso sempre foi um tema em casa, mas não com

a perspectiva de uma discussão de letramento racial, porque a gente não tinha isso. (...) fenotipicamente, eu posso ser lida como uma pessoa branca, obviamente, mas eu não posso negar as minhas raízes. Se não, não faz sentido. (...). Eu não tinha um entendimento, mas, ao mesmo tempo, eu sempre convivi com muitas pessoas negras. Sempre. Agora eu tenho noção. Porque eu era de uma igreja evangélica no subúrbio carioca. Como uma igreja evangélica no subúrbio carioca vai ter maioria branca?

Ela só passa a conviver em núcleos sociais de maioria branca quando passa a frequentar a Escola Adventista, na Praça da Bandeira, frequentada por pessoas da Tijuca. Suas falas revelam o descobrimento de uma jovem, lida como branca em círculos negros, sobre o impacto da raça na vida social, principalmente das relações íntimas e familiares. Este tema é importante por ser, ainda, pouco lembrado no Brasil, principalmente em um contexto de ascensão e estabelecimento das discussões raciais e decoloniais na academia e no debate público, de modo geral.

A adolescência foi também o período para pensar sobre o futuro profissional. Sempre estudiosa e disciplinada, Haydée se destacava na escola como uma aluna articulada e comunicativa. Oriunda de



5 O capital cultural se refere às qualificações intelectuais providas pela educação formal e familiar. No conceito de capital cultural destacam-se, basicamente, dois aspectos: o “incorporado”, que diz respeito às capacidades culturais específicas de classe, transmitidas intergeracionalmente através da socialização primária; e o aspecto “institucionalizado”, que representa os títulos, diplomas e outras credenciais educacionais. O capital cultural incorporado facilita diretamente a obtenção do capital cultural institucionalizado, sendo este último uma forma de legitimação do primeiro e, no limite, da reprodução social das dominações de classe (Bourdieu, 2018).

Herbert Bachett, Yacine Guellati, Luciane Patrício e Juliana Ferreira da Silva

uma família que não detinha um “capital cultural que [lhe] apresentasse: ‘olha, o mundo é direito, engenharia e medicina’. O clássico das classes trabalhadoras que querem ascender”, eram os colegas e os professores da escola que lhe davam alguma perspectiva sobre as possibilidades profissionais que condiziam com sua personalidade:

Então, como eu sempre fui muito falante e fui escolhida algumas vezes como representante de turma... meus colegas de classe falavam assim: “você vai ser advogada, você gosta de defender as causas e tal”. Aí eu comecei a internalizar (...), eu sabia que (eu) seria (de) uma ‘humanidade’, e que o direito era uma opção para mim.

Quando perguntada sobre como uma filha de um corretor imobiliário e de uma comerciante, tendo estudado na sua infância em um colégio particular adventista, circulando entre a Lapa e o Maracanã, encontrou as Ciências Sociais, ela respondeu: “ela que me encontrou”:

(...) Por vias muito interessantes, porque eu não tinha ideia de Ciências Sociais, eu não tive Sociologia no ensino médio e eu não venho de uma família com esse background. Na escola eu tive OSPB (Organização Social e Política do Brasil) e

Educação Moral e Cívica, no que hoje se chama Fundamental 2. Então, eu achava que eu tinha que fazer direito, e eu fui atrás disso. No primeiro ano do vestibular eu não fiz, por uma interdição religiosa. O vestibular caiu no sábado, e os adventistas guardam o sábado. Então, não pude fazer. E aquilo me deixou muito mal, porque eu sempre fui estudiosa, sempre tirei boas notas. Apesar de eu ter achado um máximo, depois, olhando em retrospectiva, porque eu acho que eu não teria condições (de passar) (...). E toda a minha turma, que a gente estudava junto desde o segundo ano primário – eles são meus amigos de uma vida, eu sou amiga deles até hoje –, todo mundo fez faculdade particular porque o vestibular não caiu no sábado.

Focada em estudar direito, em 1994, entra na Universidade Santa Úrsula, através do vestibular da Cesgranrio. Entretanto, a localização e o alto valor da mensalidade – além de não se adaptar aos colegas “ricos” – eram um problema para uma família de classe média baixa como a sua. Com isso, seu pai lhe faz uma proposta: se preparar por mais um ano em um curso pré-vestibular e, no próximo, tentar uma universidade federal. Ela aceitou:

Antigamente era Cesgranrio o vestibular parti-



cular (...). Eu fiz e passei para [o curso de] direito na Santa Úrsula. Só que fica em Botafogo, zona sul do Rio e era 500 reais a mensalidade. Quinhentos reais hoje é dinheiro, imagina em 1994?! Era uma fortuna! E aí o meu pai fez uma proposta para mim: “você não quer que eu pague um ano de cursinho e você tenta passar para uma federal? Você é estudiosa, vamos lá!”. Eu (respondi): “tá bom, pai”. Aí tranquei. Então, eu só fiquei o primeiro semestre na Santa Úrsula, que era um lugar muito complicado para mim, era todo mundo muito patricinha, muito rico, e eu classe média baixa. Aí eu faço o MV1 na Tijuca, (...) era de segunda a sábado estudando firme para passar em Direito. O meu sonho era a UERJ ou a UFRJ.

Passado este um ano de cursinho, presta o vestibular e não consegue a nota necessária para o curso de direito. No entanto, recebeu a proposta de escolher um dos cursos com vagas remanescentes. Foi na fila da UFRJ, no campus do Fundão e na companhia de seu pai, que as Ciências Sociais lhe encontrou:

E o que acontece? Faço o vestibular da UERJ, eu não vou bem, e no da UFRJ, (...) (que) era prova discursiva, (...) eu fui bem (...) (mas) não consegui pontos suficientes, faltou pouco para

entrar para o Direito. (...) Eu recebi um telegrama em casa me convocando porque existiam vagas (remanescentes em alguns cursos que eu poderia escolher por conta da minha pontuação. E dentre os cursos... eu me lembro dessa cena, que é uma cena importante para mim porque eu fui com o meu pai para o Fundão, (...) uma fila enorme, e o que os meus pontos permitiam era: Letras, Serviço Social, Ciências Sociais, e mais um quarto (curso). Olhei aquelas coisas todas, e falei: (...) “ah, Ciências Sociais? Puxa vida, o que é?” Eu só sabia que tinha Sociologia. Eu não sabia nem o que era Antropologia e Ciência Política. E aí o meu pai: “mas esse negócio dá dinheiro?” (Haydée) “Ah, pai, o Fernando Henrique (Cardoso) é sociólogo!”. Porque 1994 era o primeiro ano do Fernando Henrique. Falei: “ele virou presidente da República!”. Esse foi o argumento que lancei para o meu pai. Ele se convenceu e eu também me convenci. Entrei em Ciências Sociais. Essa foi a grande virada para mim: a escolha na fila do Fundão.

A universidade foi um ponto de virada em sua vida, não apenas no sentido profissional, mas também pessoal. A jovem que deixou de prestar o vestibular por motivos religiosos, na (con)vivência do IFCS – que também significou voltar a frequentar o



centro do Rio de Janeiro –, “desigrejou”:

Eu sou uma desviada, tecnicamente, é a categoria nativa que me define. Porque eu sou batizada (mas) eu não frequento a igreja, então eu sou desviada, nos termos evangélicos. Eu desigrejei quando eu estava no IFCS, mas não nos primeiros períodos, aí eu ainda frequentava a igreja... foi aí que comecei a questionar tudo... aquelas pregações, aquele lugar... Quem me conhece dessa época sabe, das rodinhas, (...) porque isso é um marcador muito forte, toda uma sociabilidade que é muito comum nas ciências sociais, eu tinha medo por questões religiosas. Isso foi muito forte. Só que chegou um dado momento, ao mesmo tempo que tive a convicção de que a igreja não fazia mais sentido para mim, lá pelos 20 anos, no meio da faculdade.

Durkheim (2000) já apontava que a religião é uma instituição definidora das socializações. A religiosidade de Haydée a fez ser, inclusive até hoje, entre amigos e familiares, motivo de piada: “Ah lá! Lá vem a Haydée crente”. Naquele momento, a professora Regina Novaes foi importante para superar essa crise pessoal, lhe mostrando que a fé e as ciências sociais não são incompatíveis: “a Regina me ajudou a ficar tranquila, [as pessoas diziam:] “não, a Haydée é

crente!” (...) é um negócio meio estranho, no mundo das sociais, as pessoas já olhavam assim...”.

Por fim, Caruso nos explicou que se nos tempos do IFCS ela quis romper com a religião, para demarcar esse lugar da rebeldia da juventude, hoje já é algo que carrega como parte de quem ela é:

A igreja traz várias coisas importantes para mim, por exemplo, a leitura, o fato da gente ler muito na igreja, (...) a disciplina, que estudar a teoria musical e o piano me trouxe (...). Então tem umas coisas que são do mundo da igreja que estão muito presentes em quem eu sou hoje.

Quanto ao seu início no curso de Ciências Sociais, nossa entrevistada contou de suas dificuldades nos primeiros períodos. O vocabulário dos textos e aulas, a didática dos professores, e a relação com alguns colegas que detinham capital cultural⁵ eram muito distantes de sua realidade:

Mas eu não desisti, falei: ‘não, vamos lá, ver que bicho que dá!’[e] o encantamento com as sociais se dá pelos meus pares, porque a turma nossa era muito boa, por alguns professores, e mais precisamente pela Antropologia.



Após romper a barreira dos primeiros períodos, Haydée se encontra antropóloga e etnógrafa, momento em que o seu amuleto – a serendipidade – começa a lhe sorrir: “o mundo das ciências sociais fizeram sentido para mim, eu me encontrei nesse caminhar”.

Academia e formação profissional: uma trajetória dentro e fora da Universidade

A trajetória "totalmente heterodoxa", como ela mesma afirma, se constituiu em dois percursos, articulados de forma tão equilibrada e harmoniosa, que se confundem em sua história: os percursos acadêmico e profissional. O primeiro, nas ciências sociais, lhe rendeu um repertório teórico-metodológico plural e baseado na empiria. O segundo, lhe levou a experiências profissionais que, no início, se deram em organizações não-governamentais e, depois, alcançaram o Estado, em governos estaduais e federal, concebendo e implementando políticas públicas.

Logo quando entra nas Ciências Sociais, Haydée Caruso participa de projetos de pesquisa que envolviam trabalho de campo – “eu comecei a fazer pesquisa, a fazer iniciação científica, ou trabalhar em

projetos de pesquisa muito cedo”. Trata-se de uma questão importante porque estamos falando de uma formação onde a pesquisa empírica tem centralidade. É essa centralidade que vai pavimentar o seu caminho para um dos aspectos mais importantes nas ciências sociais: o exercício da alteridade para compreender o ponto de vista dos interlocutores. São as experiências acumuladas na iniciação científica e em projetos de pesquisa e extensão que permitiram a construção do seu olhar de pesquisadora, transformando sua visão de mundo:

Então, eu já fui para campo, já fui fazer entrevista, na casa das pessoas, já fui passar perrengue, e (...) comecei a usar determinados óculos sociais que me permitiam enxergar coisas que no meu mundo, no meu mundinho que eu vinha até então, eu não conseguia enxergar. (...) Na verdade, é a alteridade que vai fazer a diferença na minha vida.

Esse contato precoce com o(s) campo(s) e a convivência com colegas “de sobrenome, com background e capital cultural, como Buarque de Hollanda”, trouxe novas perspectivas, que eram, no início, desafiadoras: “eu olhava para aquilo e, ao mesmo tempo que eu não entendia, eu queria entender”. Mas que, junto das disciplinas, projetos de pesquisa,



festas universitárias, e a volta a circular no centro do Rio de Janeiro, mudaram suas visões de mundo:

A possibilidade de conviver com pessoas muito diversas, de vários lugares diferentes do Rio, e de viver o IFCS e a Praia Vermelha de um modo muito intenso. (...) É aí que juntam duas coisas: as disciplinas e o fato de eu estudar em uma UFRJ que não é o Fundão. Uma UFRJ que é o IFCS, que está no coração do Rio. Eu volto para o centro do Rio, que é o meu lugar.

A aproximação da pesquisadora com o objeto de pesquisa polícia se dá por uma oportunidade profissional que se apresentou no final do curso de graduação em Ciências Sociais, na Central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro:

Eu estava no último período de faculdade, trabalhando no Disque Denúncia como operadora, como atendente. Meu codinome era Mariana, eu atendia as denúncias, que é uma narrativa sobre a cidade. A gente tinha que ficar lá registrando – “boa noite, senhor, qual é a sua denúncia?” –, e eu achava que aquilo ali poderia ter um rendimento sociológico, (...) e era um horário que dava para conciliar com a faculdade, (já) que eu trabalhava de oito à meia-noite.

Estamos falando do Rio de Janeiro de 1999, cujo governador era Anthony Garotinho (PDT/PSB), que estava em seu primeiro ano de governo e havia incluído em sua proposta de campanha uma grande, progressista e inovadora agenda no campo da segurança pública e da defesa dos direitos humanos, liderada pelo antropólogo Luís Eduardo Soares. Este permaneceu no governo com uma grande equipe de cientistas sociais, pesquisadoras em sua maioria, até ser demitido publicamente pelo governador no ano seguinte. O contexto era de denúncias da chamada “banda podre” da polícia, desdobrando-se em conflitos entre o antropólogo e o secretário de segurança à época, um coronel da polícia militar (Soares, 2000).

O Disque Denúncia, naquele momento de expansão do Disque, porque ali com esse programa conseguiu-se, com o apoio do Governo do Estado, ampliar muito o número de atendentes. Olhando em retrospectiva, tinha a ver com o momento político, com o novo governo, com as parcerias que o Disque Denúncia, que é uma organização da sociedade civil, conseguiu estabelecer nessa relação com o Estado, com o empresariado carioca, etc.

A despeito dos conflitos políticos no alto escalão, a aproximação entre essa equipe de cientistas



sociais – antropólogas, sociólogas, economistas –, como Barbara Musumeci, Jacqueline Muniz, Leonarda Musumeci, e o Disque-Denúncia, lhe deu oportunidade de aplicar os conhecimentos que acumulou na universidade, auxiliando cientistas sociais como ela, que naquele momento estavam encarregadas de formular políticas públicas no campo da segurança pública. Cientistas sociais trabalhando como gestoras e formulando ações de maior escala e impacto na realidade. Cabe destacar que é neste mesmo período onde são criadas as áreas integradas de segurança pública (AISPs), a divulgação oficial e regular dos índices de violência registrados pelo Estado, através do Instituto de Segurança Pública e a política destinada aos conselhos comunitários de segurança pública (CONSEGs).

A gente teve essa oportunidade de ouro de ver – nós somos testemunhas dessa história – a aproximação do Disque Denúncia com a Secretaria de Segurança e a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, que a Bárbara (Musumeci) representava, aproximando ali em palestras que eram oferecidas para a gente e para os atendentes entenderem um pouco das questões de gênero, da violência doméstica.

Essa aproximação se desdobrou em outras oportunidades profissionais, agora na formulação de projetos no próprio Disque-Denúncia, beneficiando-se da interlocução com o Estado, com a gestão pública e com os próprios profissionais das organizações de segurança pública.

Ou seja, saí de atendente para começar a desenhar. Eles criaram uma gerência de projetos para desenhar pequenos projetos dentro do Disque Denúncia. Ali estou recém-formada, já pensando como fazer um atendimento do Disque Denúncia direcionado para os casos de violência contra as mulheres, ou de violência contra as crianças e os adolescentes. Fomos customizando alguns atendimentos, ou pelo menos ajudando os colegas a entender o tipo de narrativa que as pessoas começavam a denunciar sobre esse assunto (...).

Em 2000, Haydée atravessa a Baía da Guanabara para cursar a Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, oferecida pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e liderada pelo Prof. Roberto Kant de Lima. O curso foi incentivado pelo coordenador de Disque-Denúncia à época, Zeca Borges. Não à toa, sua monografia foi sobre a central Disque-Denúncia do Rio de Janeiro, em



um primeiro esforço de, ao mesmo tempo, incidir e refletir sobre a realidade (Caruso, 2001; 2003).

Isso foi muito importante, não só para o Disque Denúncia. Para mim foi uma experiência chave, me permitiu produzir monografia sobre isso, estudar na especialização. Mas, para além disso, conectar com essas outras figuras que abriram portas para a gente em outros lugares, inclusive no Viva Rio, que é outro capítulo importante (da minha trajetória).

O trabalho no Disque Denúncia e a especialização realizada na UFF abriu oportunidades para Haydée se envolver em projetos maiores, como no Viva Rio, e solidificou sua carreira de pesquisa e interesse na área da segurança pública, onde continua a contribuir até hoje.

O fato da gente ter vivido o Disque Denúncia e trabalhar entre civis, mas nessa interface com a Secretaria de Segurança e, portanto, com os policiais, me deu o que? Me deu léxico, me deu linguagem, me deu repertório, categorias nativas, então eu entro no Viva Rio como alguém que sabe falar a língua da polícia.

No Viva Rio, Haydée teve uma imersão profunda no universo policial, trabalhando diretamente com praças da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em um curso de formação continuada chamado Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã (CAPPC), que existiu por muitos anos. Essa experiência proporcionou um acesso direto sobre as práticas policiais, ampliando seu conhecimento sobre esse universo empírico, ajudando-a a entender melhor a realidade dos policiais e sua linguagem. O CAPPC consistia numa metodologia de formação que integrava prática e teoria, uma vez que as aulas eram pautadas na discussão de casos, baseados em ocorrências policiais. O curso utilizava o próprio material empírico dos policiais para criar situações-problema e os estimulava a resolver problemas concretos, considerando o contexto, os protocolos e as leis.

Então quando a gente chega no Viva Rio para acompanhar essa experiência, a gente sai do mundo de gabinete, vamos dizer assim, que é o mundo ali do atendimento, e vai para o mundo da rua, da prática policial, que é estar com eles no batalhão, na formação profissional, mas sem preconceito. E volto à alteridade que aprendi lá nas ciências sociais no IFCS. Um exercício de alteridade em ouvi-los pelo simples fato do que eles estão nos contan-



do, porque era uma boa história, porque eles estão explicando uma teoria nativa que é interessante e que eu não entendo, e que eles estão me ajudando a enxergar um mundo que eu não conheço.

Sobre este aspecto, Haydée destaca a importância da alteridade e do aprendizado da "língua da polícia", adquirido durante sua experiência no Disque Denúncia e no Viva Rio. O contato direto com os policiais e a vivência nas ruas permitiu um entendimento mais profundo das práticas e desafios da polícia, influenciando diretamente sua dissertação de mestrado e sua abordagem acadêmica. Em 2004, defende sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, intitulada *Das práticas e dos seus saberes: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ* (Caruso, 2004).

No governo, sua experiência ocorreu em dois momentos. Em 2002, ao longo de 9 meses de Governo Benedita da Silva (PT), onde pôde transformar projetos que funcionavam em pequena escala em políticas públicas. Nesse contexto participou da elaboração de protocolos sobre a abordagem policial, integrando o tema da segurança pública com o tema dos direitos humanos a partir de uma perspectiva profissional. Essa experiência foi fundamental para entender as complexidades da administração pública e a temporalidade das políticas públicas. A segunda experiência

ocorreu anos depois, na Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em Brasília.

Essa experiência do governo só surge porque essas figuras com quem a gente já tinha trabalhado lá no início sabem que a gente continua no tema, que a gente estava com muito mais experiência e agora com uma bagagem do Viva Rio, vivendo essa questão das polícias. Essa experiência do curso, que começa ali como uma ação do governo em parceria com a PMERJ, se transforma em uma política pública em larga escala. O CAPP, o Curso de Aprimoramento da Prática Policial Cidadã, passa a ser uma agenda daquele curto governo, assim como a tentativa de [criar] um novo regulamento disciplinar para a polícia militar que não fosse violador dos direitos humanos dos policiais, além de várias outras ações que estão concomitantemente acontecendo ali.

A partir desse acúmulo de experiências, Haydée pôde refletir sobre como sua formação foi atravessada por cientistas sociais que, como ela, em algum momento estiveram em contextos onde seu papel era influenciar políticas públicas ou executá-las diretamente, atuando como gestores públicos. Esse é um aspecto importante, uma vez que ela mesma des-



taca seu compromisso ético-profissional e reconhece a importância de contribuir para a melhoria da vida das pessoas por meio de seu trabalho acadêmico e prático.

No fundo, eu venho de uma escola que quer, sim, incidir no debate público e nas políticas públicas. Isso é fato. (...) por eu escolher um objeto de pesquisa que tem a ver com a vida das pessoas, vida e morte, (...) eu me sinto num compromisso ético de tentar avançar um pouco mais.

No campo acadêmico, Haydée foi fortemente influenciada por interlocutores que de alguma forma também têm como preocupação a investigação de problemas sociais e a possibilidade de influenciar em políticas públicas. Não é à toa que encontra na UFF, através do Prof. Roberto Kant de Lima, da Profa. Jacqueline Muniz e toda uma rede de pesquisadores, um contexto favorável e uma base sólida para refletir sobre seus interesses de pesquisa. A UFF é uma instituição pioneira no estudo de temas relacionados à segurança pública e à justiça, acolhendo temas “não canônicos” e permitindo o desenvolvimento de um campo acadêmico importante. Não por acaso se institucionaliza com a fundação do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-Ineac), dedicado aos estudos da se-

gurança pública e da justiça, seus operadores e práticas.

Então, o meu vínculo com a UFF está muito alinhado ao fato de ter sido aluna de pós, de mestrado, doutorado. Eu tenho um vínculo formal – via INEAC –, vínculos afetivos, então a minha formação mesmo, assim, densa, foi dada na UFF.

Finalmente cabe ainda dizer que essa mesma escola, onde Haydée cursou a especialização e o mestrado, vai informar novas perguntas para o doutorado, alterando seu campo empírico para a Lapa, bairro boêmio carioca onde havia residido na infância. De dentro da viatura, Haydée vai pensar questões relacionadas à construção da ordem sob o ponto de vista dos policiais militares que lá trabalhavam, em seu novo contexto, a “Lapa Limpa”:

Eu falei: “cara, o centro do Rio está mudando”. Eu tinha acesso aos colegas desse batalhão e nesse momento surge uma operação chamada Lapa Limpa, criada pela PMERJ para dar um choque de ordem na Lapa (...). Eu falei: “esse é o meu objeto. Vou voltar para a Lapa, entendo daquele lugar, tenho interlocutores lá”. Tanto é que estão na minha tese, as famílias que entrevistei. Consigo falar com moradores - que a gente não associa



muito a Lapa à moradia, mas tem muita gente morando na Lapa -, tenho acesso à PM. Então tinha um pragmatismo aí, sabe? Do tipo: “tenho um momento político bom, com a polícia querendo implementar um programa”. Até ali era uma ação da PMERJ, [mas] foi escalonando de tal maneira que virou uma Secretaria Municipal de Ordem Pública, que virou o programa Lapa Presente, [e depois] o Segurança Presente.

Percebeu, com isso, que estava voltando às suas origens ao escrever a tese, reconhecendo a importância desse retorno em sua trajetória.

Brasília-DF: Governo Federal e UnB

Esta seção tem como foco a sua chegada à Brasília. Primeiro, como funcionária do Governo Federal, no fim da década de 2000, para depois chegar à UnB como professora e pesquisadora. Para os dois fatos, tanto a chegada à capital federal como a inserção na academia, explicou que “estava no lugar certo, na hora certa”. Como dissemos na introdução: não foi acaso, foi serendipidade.

Em meados dos anos 2000, Haydée estava bem no Rio:

Estava feliz, trabalhando em coisas que adoro: coordenando uma rede de estudos comparados,

viajando a América Latina, morando no Leblon. Mergulhava na praia, ia para casa, escrevia e depois ia para o Viva Rio. Tudo lindo!

Eis que surge um edital... O Governo Federal (2008 – Luís Inácio Lula da Silva II) abriu um concurso simplificado e temporário para o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), com cerca de 100 vagas para cientistas sociais, algo até então inédito – e que nunca mais se repetiu. O PRONASCI estava estruturado em âmbito nacional, mas se materializava no âmbito estadual, com os funcionários alocados nos estados. Junto de sua amiga Luciane Patrício, decidiram prestar o concurso, mas não para o Rio de Janeiro, muito concorrido. Tentariam no Distrito Federal, pela maior chance de sucesso, assim como pela oportunidade de trabalhar diretamente no Governo Federal, em Brasília. A estratégia deu certo: as duas foram aprovadas como gestoras. Inicialmente resistente em abandonar a feliz vida carioca, Haydée topou o desafio: “vamos para Brasília!”.

Na chegada à capital federal, antes de assumirem suas funções, até então incertas, ambas tiveram que passar pelo curso de formação no Ministério da Justiça (MJ). Foi “a oportunidade de conhecer os co-



legas do Brasil todo, (...) e importante para começar a entender a máquina (pública)”. Sem muitos contatos na estrutura da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Haydée procurou oportunidades. Primeiro, tentou trabalhar no Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que já conhecia da época do Viva Rio. Sem sucesso, se voltou ao que mais sabia e tinha experiência: formação policial (Caruso; Patrício; Pinto, 2010). “Sabia que a SENASP tinha essa agenda, uma diretoria nessa área, e a pessoa que estava lá era a Juliana Barroso, uma socióloga super aberta (...)”. Com a ajuda de Andréia de Oliveira Macêdo, amiga que havia trabalhado na SENASP e também passara no concurso, conseguiu um contato com Barroso: “Fiquei de campana esperando ela sair, para ser uma coisa meio casual – na verdade, tudo armado, graças à Andréia –, e fui me apresentar”. Na conversa com Barroso, que já lhe conhecia, se colocou à disposição para trabalhar na SENASP. A resposta indicou o que faria nos próximos dois anos: “quero que trabalhe comigo e quero que coordene a RENAESP”. Caruso se surpreendeu: “Eu quase caí dura no chão!”.

Assumi o cargo de Coordenadora Nacional da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) em 2009, rede na qual já havia sido aluna nos tempos de UFF, e professora em cursos ofertados pela Universidade Cândido Mendes. Até

2011, viveu intensamente o “mundo da SENASP”, momento único na história da governança da segurança pública no Brasil:

(...) a gente viveu intensamente aquilo que lá em 2000 a gente sonhava, da participação da sociedade civil e dos Conselhos. Vimos isso se materializar com a primeira e única CONSEG, Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009. Então, em 2010 eu fiquei rodando o Brasil todo, visitando os cursos da RENAESP, e em 2011 eu saio para entrar na UnB.

Entretanto, existiam problemas no governo federal, tanto na SENASP, como na RENAESP. Havia “pouquíssimos” concursados e servidores de carreira. A maioria era de cargos comissionados e funcionários públicos deslocados de suas funções originais, especialmente policiais mobilizados de todas as regiões do Brasil. Eram esses contratados “que tocavam a máquina (pública)”. Neste sentido, o concurso no qual Haydée participou foi um ponto fora da curva que propiciou uma entrada inédita de profissionais formados e dedicados na e para a área da segurança pública.

Ainda assim, foi com os comissionados e deslo-



cados que Caruso aprendeu o funcionamento da burocracia estatal, já que, como coordenadora, teve que estruturar convênios, termos de cooperação, descentralização de recursos, manejar o Fundo Nacional de Segurança Pública, entre outras tarefas administrativas. Como disse em entrevista: “Foi na SENASP que aprendi a linguagem do Estado”.

Sua formação enquanto pesquisadora também foi importante. As parcerias do governo federal com os estados se concretizavam junto de universidades, públicas e privadas, responsáveis pelos cursos de especialização dos agentes de segurança. O conhecimento e experiência em pesquisa lhe ajudou a produzir diagnósticos sobre essas pactuações entre a RENAESP e as universidades (Pinto et al., 2014; Caruso et al., 2016). Neste contexto de avaliação das políticas públicas desenvolvidas, sob o olhar crítico de Caruso, outros problemas também foram aparecendo. Primeiro, a RENAESP:

Escalonou demais, começou a cancelar especializações em segurança pública com uma qualidade, às vezes, duvidosa. Professores que não eram pesquisadores na área, universidades que não tinham tradição (...).

Após os cursos, o problema institucional das polícias

se mostrou como um grande entrave para a melhoria do trabalho policial, visto que os formados eram das “baixas patentes”, com pouco espaço nas instituições para empreender aquilo que haviam aprendido:

Muitos policiais conseguiam concluir o curso, mas eles eram praças, agentes, guardas municipais, e esses saberes adquiridos não se voltaram para as instituições porque as instituições não queriam que eles assumissem nenhuma função relacionada àquele saber que aprendeu. O fato dele ser um soldado impedia que ele pudesse usar aquele conhecimento. Então, a gente começa a ver, seja na Rede EAD, seja na RENAESP, que não conseguíamos transformar uma política que valorizava o indivíduo em algo que rendesse em termos de política pública para as instituições policiais. E eu saio da RENAESP nesse momento.

Em resumo, as políticas da RENAESP conseguiram alcançar avanços, mas também trouxeram consigo alguns problemas, ambos persistindo e reverberando até hoje. Por um lado, alçou a Segurança Pública como um tema educacional, dentro do catálogo de cursos do Ministério da Educação. Segundo Haydée: “uma conquista do governo brasileiro. É graças a isso que temos tecnólogos e bacharelados nessa área. Mas isso também teve outro efeito”. Com



6 Conferir também: Caruso (2010; 2015).

Herbert Bachett, Yacine Guellati, Luciane Patrício e Juliana Ferreira da Silva

a abertura das universidades para os profissionais da segurança pública, especialmente os policiais, iniciou-se um enclausuramento institucional do conhecimento sobre o policiamento dentro das academias de polícia. O que culminou no afastamento dos policiais das universidades, em um processo corporativista de endogeneização da formação, com a criação de institutos de ensino que passaram a formar especialistas, mestres e doutores, sem a preocupação de interlocução com a sociedade civil e o controle da avaliação por pares:

Um certo entendimento de que ‘olha, nós [policiais] podemos ser autossuficientes’. Isso se traduz na disputa na CAPES por um campo de conhecimento denominado Ciências Policiais. Esse tema das ciências policiais foi uma disputa enorme. Eu participei de reuniões na CAPES em que representantes das polícias diziam: ‘a gente não tem que ficar refém das ciências sociais! Nós somos policiais e, portanto, nós estamos autorizados a falar em nome dessa área’. Quando esse é um debate gigantesco, porque a segurança pública não é só polícia. É muito comum hoje ter as próprias academias e os seus próprios cursos, muito rarefeito e muito distanciado das universidades. O exemplo da PMSP, o Instituto Rio

Branco construiu equivalências que são muito complicadas. O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), que é para capitães, equivale a um mestrado. O Curso Superior de Polícia equivale a um doutorado. E aí, eles são doutores, entende? Com muita dificuldade de avaliação de pares, é tudo endógeno. Então, acabou que essa expansão desenfreada (teve efeitos não desejados). (...) Não estou dizendo que é culpa da RENAESp, mas eu estou querendo chamar a atenção de que o efeito também pode ser visto por esse lado.

Com o campo feito quando deixou o Rio de Janeiro, Haydée Caruso defendeu seu doutorado em abril de 2009, já em Brasília. Sua tese sobre a ordem na Lapa carioca (2009; 2016), se tornou uma das referências na antropologia urbana e nos estudos etnográficos sobre policiamento e segurança pública.⁶ Doutora e “tocando a vida com a experiência do governo”, estava entre o segundo e terceiro ano de SENASP quando recebeu a notícia de que o Departamento de Sociologia (SOL) da UnB abriu edital para professor na área de Sociologia da Violência. Segundo ela:

Olhei aquilo e falei: ‘gente, isso pode render, eu tenho condições. Mas a UnB? Não sei nada da



UnB'. Eu nunca tinha colocado os pés na UnB – até porque não tinha tempo, estava de oito da manhã à meia-noite no governo”.

“A UnB foi um acaso total. (...) eu estava na hora certa, no lugar certo. Não foi uma escolha tipo ‘eu quero ser professora da UnB’”. Assim contou sobre como surgiu a Universidade de Brasília em sua vida. Naquele momento, estava interessada em seguir na gestão pública, tendo ainda as ONGs como seu lugar de conforto: “Eu estava decidida a terminar o meu contrato de quatro anos e voltar para o Rio de Janeiro, o que meus colegas fizeram”. Entretanto, viu naquele concurso uma oportunidade de estabilidade, por mais que naquele momento a carreira docente não fosse um objetivo: “não passava pela minha cabeça. (...) Eu sabia fazer gestão, desenhar política pública, negociar. (...) Então um concurso de gestor público me atraía mais, na época”. O acaso lhe trouxe uma oportunidade, que abraçou com dedicação porque calculou:

Nas ONGs, se não tem projeto não tem salário, e eu já tinha experimentado o bom de receber seu salário direitinho. (...) Essa vida incerta (...) me causava [preocupação], acho que fiz esse cálculo: ‘vai que eu passo?’.

Incentivada por seus “mestres” Kant de Lima

e Jacqueline Muniz, superou o receio de ser uma antropóloga concorrendo a uma vaga na Sociologia e decidiu prestar:

Fiz quietinha, eu era o cavalinho malhado da disputa. Não era o meu metiê, era sociologia e eu sou antropóloga. Eu fui pensando: ‘sou recém-doutora, vou aprender o que é um concurso para professor’.

Com o auxílio da amiga socióloga Nalayne Pinto, dedicou meses aos estudos, ponto a ponto do que prescrevia o edital e revisitando os clássicos Weber, Marx e Durkheim. Quanto mais se aprofundava nas leituras, mais segura se sentia – “a bibliografia era muito próxima das minhas leituras, tinha tudo a ver com a UFF”. Na prova, foi muito bem. Ali percebeu que poderia ter chance. Meses depois soube que estava em primeiro lugar, sendo nomeada em fevereiro de 2011. Mais uma vez a sua serendipidade alterou os rumos de sua vida. A carioca da Lapa que pretendia voltar para o Rio de Janeiro acabaria por ficar em Brasília, onde também se casaria e nasceria sua filha, Maria Flor.

Assumiu preocupada em entender como funcionava o departamento, a docência e, principalmente, em se encontrar enquanto socióloga. O fato de ser uma antropóloga lhe gerava angústias: “Não



foi um processo fácil. Não só eu internamente, mas também como eu achava que as pessoas me viam”. No entanto, logo foi acolhida. Antes de ser nomeada, foi convidada por Maria Stela Grossi Porto para integrar o NEVIS (Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança) e conduzir parte da pesquisa sobre identidades policiais que coordenava.

Além de Stela, Analia Batista e Arthur Costa também foram figuras importantes neste início no Departamento de Sociologia (SOL). Ainda se adaptando, engravidou de sua filha, Maria Flor. Mulher e recém-ingressa, muitas preocupações recaíram sobre si. Mas os colegas trataram de acolhê-la e tranquilizá-la:

Eu engravidado em 2011, no ano em que entrei. Isso foi uma questão que me colocou um desafio: “como que as pessoas vão me ver?”. Eu tinha essa preocupação de acharem que eu ia fazer corpo mole para trabalhar. São os recortes de gênero, porque um homem não pensaria isso, mas uma mulher que está começando a carreira acadêmica, sim. Fiquei muito insegura. O Arthur foi o cara que me acolheu e falou: “o que é isso? Você vai fazer a sua licença, vai dar tudo certo, depois tem uma vida, tem 30 anos para dar aula na UnB”. Ele brincou com isso e eu fiquei mais tranquila.

Haydée se estabelece e sua carreira no SOL começa a tomar forma a partir de 2013, quando o colega Edson Farias lhe convida para assumir a coordenação da licenciatura em Sociologia. Bacharel em antropologia, sem formação ou experiência como professora do ensino básico, aceitou o desafio e se encantou pelo mundo da licenciatura, formando os novos professores em um momento ímpar de fomento e fortalecimento das carreiras docentes com a agenda do Governo Federal para colocar em prática o Plano Nacional de Educação, além do estabelecimento da Sociologia como disciplina da educação básica. Não só se apaixonou pela Sociologia da Educação, campo com o qual passou a se relacionar e pesquisar a partir de então, como em 2013 também conseguiu seu primeiro projeto financiado pela CNPq, sobre a relação entre juventude e polícia no Distrito Federal. Unindo assim o mundo da segurança e violência, com o qual já tinha interlocução, e o da educação e juventudes. O imbricamento entre esses temas se tornaria, anos depois, sua agenda de pesquisa.

A pesquisadora, interventora através das ONGs e políticas públicas, alçou voo no mundo acadêmico sem abandonar as iniciativas de intervenção e extensão. Em 2014, assume a coordenação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PI-BID), reassumido em 2022. Dirigiu seus “pibidianos”



na compreensão do conflito nas escolas. Em 2015, fez parte da equipe de pesquisadores que formulou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a disciplina de Sociologia no Ensino Médio. Nesta nova etapa contou com o apoio de nomes como Mário Bispo, Ileizi Fiorelli e Marcelo Burgos. Ainda em 2015, ouvindo a demanda dos pibidianos que reclamavam da ausência de um grupo de pesquisa voltado para a educação, fundou o laboratório Lélia González (UnB), atualmente referência nacional e conduzido por Marcelo Cigales. Em 2019, já fora da coordenação, mas ainda professora da graduação, contribuiu na renovação do Projeto Político-Pedagógico do curso, que era o mesmo desde sua criação em 1972.

Em 2014 passa a fazer parte do quadro de professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOL). Entretanto, só se torna professora permanente em 2019, quando também assume a coordenação do PPGSOL. O desafio viria no ano seguinte: coordenar durante a pandemia da COVID-19 e sob o governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022). Entretanto, conforme típico em sua trajetória, Haydée transformou os desafios em oportunidades:

Gente, é outro mundo, foi uma experiência incrível (...). Nada é mais difícil do que ser coordenadora da Pós-graduação no Brasil, lidando com

um desgoverno, com falta de verba, com pandemia, foi muito difícil. Tive essa felicidade de estar no lugar certo, na hora certa, que foi quando o programa completou 50 anos. E aí, – a criatividade leonina, que eu atribuo a isso, uma coisa que é astral mesmo –, resolvi fazer o Memórias Sociologia – 50 anos, que virou um portal (memoria.sociologia.unb.br) em que a gente conta a história de 50 anos da Sociologia brasileira. Vamos lançar um livro chamado “Sociologia no Planalto Central”, onde contamos a história desse programa que tem a característica, muito interessante, do Estado ser um tema central. Não é à toa que o PPGSOL tem como nome da revista “Sociedade e Estado”, porque ele [o programa] está no centro do poder, produzindo uma sociologia que está olhando para o Estado, olhando para os governos, federal e locais. Isso marca os tipos de alunos que a gente recebe aqui, o tipo de orientação que eu faço. Então, o próprio programa de pós me dá essa abertura para articular pesquisa e políticas públicas.

A trajetória de Haydée Caruso é marcada pela serendipidade. Essa capacidade de aproveitar oportunidades inesperadas e transformá-las em realizações significativas permeou sua carreira desde sua



entrada no Governo Federal. Em Brasília, na SENASP, sua habilidade em conectar conhecimentos acadêmicos com práticas governamentais resultou na coordenação da RENAESP, um marco na governança da segurança pública no Brasil.

Inicialmente sem planos de se tornar professora, Haydée encontrou na UnB um ambiente propício para aplicar sua vasta experiência em gestão pública junto de pesquisas acadêmicas. Ao assumir a docência, destacou-se na formação de novos sociólogos e em pesquisas sobre violências e juventudes. Seu papel como coordenadora do PPGSOL durante a pandemia foi inovadora, culminando em projetos que celebram a história da Sociologia em Brasília.

Haydée Caruso personifica a integração entre pesquisa, ensino e intervenção social, mostrando que é possível construir pontes entre teoria e prática para enfrentar os desafios contemporâneos. Sua trajetória inspira não apenas pela competência acadêmica, mas também pelo compromisso com uma Sociologia engajada com a transformação social e a melhoria das políticas públicas no Brasil.

Da polícia aos policiados: a agenda da juventude

A Universidade de Brasília foi a primeira universidade brasileira a instituir um sistema de cotas para o ingresso de novos estudantes, ainda em 2003. Esse pioneirismo colocou a UnB em uma posição diferente das outras universidades. Como resultado, intensificado a partir de 2013 com a Lei Nacional de Cotas, “a gente tem outra universidade, muito mais diversa, muito mais plural, muito mais periférica”, com os alunos “colocando questões que alguns professores estão interessados em encarar, outros não”. Ingressada no SOL neste contexto pós-2012 e “provocada pelos alunos”, Haydée assumiu e encarou esses desafios. Desde então, sua história passou a ser atravessada por essa nova juventude que ingressou e transformou o ensino superior. É sobre esse novo paradigma brasileiro e nova agenda de pesquisa de Caruso, que esta seção se debruça.

O caminho até a agenda da juventude foi longo, e se iniciou muito antes da UnB. Como dito anteriormente, sua primeira preocupação como pesquisadora e ativista política foi a formação policial. No entanto, ao se confrontar com a polícia e todos seus dilemas, Caruso começou a perceber toda uma estrutura social, com seus atores e processos, tanto ou mais importante do que a ação policial em si. Essa



estrutura levanta uma questão fundamental para a sociedade brasileira: o controle e criminalização de corpos negros, periféricos e jovens. Além disso, a experiência ligada às licenciaturas e à educação básica, principalmente pelo PIBID, lhe abriu portas para as escolas – que lhe trouxe novas perguntas para pesquisas e novos problemas para intervenção. Nas suas palavras, antes de um jovem ser alvo da ação policial, ele passou pela escola: “a instituição escola é parte da perda da juventude brasileira. É o lugar que a gente já começa perdendo em larga escala”:

Se nos primeiros dez anos (de carreira) o meu olhar estava voltado para essa questão da formação policial, no sentido de que era possível pensar que a formação poderia orientar outra prática profissional, passado essa primeira etapa da minha vida, comecei a ver que existem questões que são estruturais e a polícia é a ponta do iceberg de toda uma estrutura. (...) Fui vendo como o Estado produz essas juventudes, como constrói esses corpos como objetos de controle, e como isso tem a ver com a história do Brasil. Lembrando do Mário Teodoro: como o racismo é um elemento organizador da nossa sociedade. E aí eu fui entrando (nesta nova agenda). Na verdade, eu continuo nesse caminhar, não tem uma

coisa já consolidada, mas é essa a minha grande virada. Eu não consigo pensar hoje como contribuir para a agenda de segurança pública sem passar pela agenda da educação e da política de juventude.

Esse novo olhar e perspectiva de nova agenda levou Haydée a tecer novas interlocuções institucionais, principalmente com o Governo do Distrito Federal (GDF), Governo Federal, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Nestas parcerias, ajudou a desenhar, diagnosticar e implementar projetos e pesquisas importantes, entre eles: a pesquisa *Sociabilidades Juvenis no Distrito Federal (2017-2019)*, sobre a relação entre jovens periféricos e policiais, citada anteriormente -, *(Re)Integro (2020-2023)* e recentemente o diagnóstico para o Plano Nacional Juventude Fica Viva (2023-2024), e – muitos – outros.

Todas essas iniciativas se deram em um período de ebulição política no Brasil, após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, concretizado em 2016. Entre idas e vindas desde a redemocratização, Caruso tem um olhar para além de senso-comuns sobre o percurso histórico da segurança pública no país. Para ela, a segurança pública, e todos os temas que ela engloba, foi e é uma construção constante, com



momentos de avanços e de retrocessos. Mas “vão ficando algumas conquistas”. Por isso, ela reconhece avanços em governos hoje pouco lembrados, como o de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que criou o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública. Como também olha com criticidade para os governos progressistas, como os mandatos Dilma (2011-2016) e seu legado. Esse olhar nos ajuda a compreender a notória dificuldade do campo progressista brasileiro em lidar com os temas da segurança pública, “enquanto os conservadores, ou extrema-direita, ‘matam no peito’ e dizem ‘vamos com tudo’”.

Se nos governos Lula (2003-2010) houve avanços importantes na área, o governo Dilma foi marcado por um “esvaziamento de muitas pautas, desprestígio de algumas temáticas, descontinuidade de editais (...). Neste sentido, por mais que o governo Michel Temer (2016-2018) tenha sido problemático em diversos aspectos, também teve progressos, como a criação do Ministério da Segurança Pública, com um ministro civil, que conseguiu tirar do papel – mesmo que timidamente – o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Já o governo Bolsonaro (2019-2022) foi um retrocesso em tudo do que havia se construído até então: “no Bolsonaro (...) não havia possibilidade nenhuma de conversa (...), não havia

verba, não havia dinheiro, não havia nada”. Mesmo com esse retrocesso recente, Caruso prefere o otimismo de valorizar as permanências e os avanços que esses mais de 30 anos de democracia alcançou.

Mas a sua virada de agenda de pesquisas só se concretizaria muito longe do Brasil, em Portugal. Sem bolsa de pós-doutorado e com pouca fluência no francês – destino preferido de seus colegas –, Haydée optou pelas terras lusitanas porque já possuía interlocutores no país e o custo de vida era mais acessível para suas condições na época: “vou em condições muito ruins, não tive bolsa, vendendo carro, fazendo rifa (...). Mas não me arrependo, porque fez toda a diferença para mim”. Era também a oportunidade de tecer estudos entre Portugal e Brasil, e abrir portas em outros países lusófonos, seguindo a escola carioca de segurança pública da qual faz parte, volta aos estudos comparados:

Esse exercício comparativo, olhando para Portugal e olhando para cá, foi também para pensar que mesmo em contextos de escalas completamente diferentes – um país pequeno e um Brasil continental – eu consigo ver lógicas de funcionamento que são muito semelhantes. Então, Portugal (...) é para me dar aquilo que é da escola de onde venho, uma perspectiva comparada.



Não no sentido de achar o que é melhor ou pior, mas entender as lógicas que norteiam um e outro contexto. E também porque achava que poderia contribuir em uma agenda lusófona, (...) me permitiria fazer uma interlocução com a África.

No entanto, havia ainda o desafio de convencer seu orientador de pós-doc, José Machado Pais, referência em Estudos Juvenis, a guiá-la nesta nova etapa de sua carreira:

(Eu pensei:) Se eu estou querendo me consolidar como uma pesquisadora da área de juventude, nessa interface entre violência, criminalidade e educação, eu preciso ir para o cara que sabe tudo disso. Fui lá estudar com José Machado Pais, grande nome, uma figura muito reconhecida. E eu fui na “cara de pau” de mandar um e-mail, e ele disse para mim: ‘querida, você tem um currículo maravilhoso em segurança pública, eu não entendo nada disso, acho que não posso contribuir com nada’. Então, ele me diz, não. Eu insisto: “professor, justamente porque eu sou uma pessoa consolidada na área de segurança pública que eu gostaria de fazer um deslocamento. O senhor vai me ajudar nesse deslocamento”. Ele falou: “Gostei do argumento, venha”. E é assim que ele me dá uma carta de recomendação, que

me permite ter o visto’.

Junto do marido e da filha, se muda para Lisboa em 2017. A experiência em Portugal lhe permitiu acessar a Polícia de Segurança Pública (PSP), responsável pelo policiamento ostensivo nos perímetros urbanos do país. Ela, que já “dominava a linguagem policial”, se fez valer disso “para eles verem que poderiam confiar em mim e abrir o campo”. Esse campo envolveria também a escola. Ali, pela primeira vez, houve o “match” entre a agenda sobre policiamento e a nova agenda, sobre a juventudes e educação:

Fui fazer campo com a polícia nas escolas, no projeto Escola Segura, em que a PSP atua nas escolas públicas. Então, eu tentei conectar... Foi a primeira vez que conectei as duas coisas que eu estava fazendo aqui, meio pari passu. Lá, deu “match”. Foi muito legal, estar na escola, mas assistindo e vendo o trabalho da polícia.

Essa experiência portuguesa renderia mais frutos, como os trabalhos no Observatório Masculinidades do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra. Via projetos do CES, desenvolveu novas pesquisas, agora com jovens do sistema socioeducativo (prisional) português, além de ter participado de eventos marcantes em Coimbra. Em Portugal, portanto, houve a virada definitiva em



sua agenda de pesquisa:

Como eu já tinha rede em Coimbra, por conta da Tatiana Moura, que trabalhou comigo no Viva Rio, ela foi me apresentando pessoas, e em 2020, 2021, auge da pandemia, ela me convida para participar da conclusão de uma residência artística que o Emicida fez em Coimbra. Ele ficou três meses vivenciando a Universidade [de Coimbra], passando o conhecimento dele (...), e culmina com esse curso que articula arte, política e gênero. Eu fui falar da pesquisa “Policiamento e relações raciais no Brasil no DF”. Então, eu passo um ano em Portugal, fazendo o meu campo, vivendo de estudante, e volto a Portugal como convidada, para dar aula em um mega auditório, um teatro, com acadêmicos e não acadêmicos. Isso foi muito importante. Ali foi a virada para eu conseguir fazer as coisas que hoje eu faço. Hoje eu tenho outro “chapéu”, que é ser Pesquisadora Colaboradora do Centro de Estudos Sociais, da Universidade (de Coimbra). (Com isso), voltei de novo para fazer trabalho de campo no Sistema Socioeducativo. (...) essa foi uma conquista pessoal que me dá orgulho: “fui sem grana, agora eles me financiam para ir lá”. Pessoalmente foi importante para mim, e vi que

queria continuar essa agenda, que é o que tem me motivado nos últimos tempos.

Na pandemia, outro projeto envolvendo segurança pública e juventudes foi desenvolvido: o Reintegro. Em 2020, Haydée e a idealizadora, Juciane Prado (SENAPPEN), iniciam o desenho do projeto, voltado para a juventude do sistema público de ensino, regular e socioeducativo. No entanto, o escopo é amplo: incluiu a capacitação dos professores e gestores por meio de material didático e guia de tratamento e resolução de violências em ambiente escolar, projetos didáticos com os alunos, revitalização de espaços escolares, além de ressocialização de jovens egressos do sistema socioeducativo e/ou prisional em cursos profissionalizantes. Esse primeiro momento culmina na implementação do programa em 2023, no Distrito Federal, em uma rede de parcerias entre Governo Federal, Ministério da Justiça, SENAPPEN, SENASP, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Instituto Besouro, e escolas. O Reintegro foi um sucesso, que ainda renderá frutos e desdobramentos nos próximos anos, mostrando que não só “é possível sonhar”, como hoje é o “grande sonho” de Caruso:

É possível sonhar, no sentido de que já vi o PIBID virar um programa em larga escala e que



7 O prêmio é uma iniciativa da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

Herbert Bachett, Yacine Guellati, Luciane Patrício e Juliana Ferreira da Silva

permanece. Assim como vi o ISP (Instituto de Segurança Pública–RJ) permanecer a despeito de todos os governadores do estado do Rio de Janeiro estarem presos – ou foram, ou estão para ser (presos). Ou seja, é possível sonhar. Então o Reintegro, hoje, é o meu grande sonho. É um sonho sonhado com muita gente, o que é muito bonito (...).

O Reintegro leva Haydée Caruso ao prêmio Pesquisadora Inovadora do Distrito Federal (2023)⁷. Segundo ela, o mérito esteve não só no projeto, mas principalmente na ousadia em se candidatar para um prêmio de inovação, tema sempre associado às engenharias, “na chave tecnológica, dos equipamentos, das habilidades mecatrônicas, e não como uma tecnologia social, uma inovação na política pública e na metodologia social”. Não à toa, todos os seus concorrentes eram das engenharias, e mesmo assim Caruso alcançou o segundo lugar.

Não é o resultado em si, mas o fato de estar ali disputando o espaço. Somos analistas sociais e políticas, sabemos que temos que ocupar os espaços, e temos que tensionar esses espaços. Estamos disputando o Estado, as políticas públicas e o sentido de inovação. O que a gente está fazendo é inovação. (...), (também) para que as

pessoas entendam que é viável você ser um antropólogo, um sociólogo, fazendo inovação na ciência.

Em conclusão, as contribuições de Haydée Caruso ao campo da segurança pública e juventude no Brasil refletem um compromisso contínuo com a transformação social. Sua trajetória, que começou com o foco na formação policial, evoluiu para uma visão integrada que conecta educação, juventude e segurança pública. Caruso mostra que enfrentar questões estruturais, como racismo e criminalização de corpos periféricos, é essencial para uma agenda de segurança que promova justiça social.

Sua capacidade de adaptação é evidenciada pela ousadia de buscar novas perspectivas, tanto local quanto internacionalmente. Haydée ampliou as fronteiras de sua pesquisa, integrando diferentes esferas do conhecimento e mostrando que inovação em políticas públicas vai além da tecnologia, abrangendo metodologias sociais e a construção de políticas inclusivas.

Em um cenário político marcado por avanços e retrocessos, a trajetória de Caruso inspira a acreditar na possibilidade de mudança. Projetos como o Reintegro demonstram que, apesar dos desafios, é possível sonhar e realizar transformações significa-



tivas. Nos lembrando que a combinação entre pesquisa acadêmica e intervenção prática pode trazer soluções duradouras para os complexos problemas sociais do Brasil.

Assim, a trajetória de Haydée Caruso não só enriquece o debate acadêmico, mas também exemplifica como a pesquisa comprometida pode moldar políticas públicas e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa. Mesmo em tempos difíceis, sua história é um testemunho de que a esperança e a ação conjunta podem abrir caminho para um futuro melhor.



Referências

- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: GRANOVERTER, Mark; SWEDBERG, Richard (orgs.). **The sociology of economic life**. 3. ed. Londres: Routledge, 2018. p. 78-92.
- CARUSO, Haydée. **A denúncia anônima como ferramenta de ação policial: Disque Denúncia, uma experiência em curso**. In: **Políticas públicas de justiça criminal e segurança pública**. Niterói/Rio de Janeiro: EDUFF/ISP, 2003.
- CARUSO, Haydée. **A denúncia anônima como ferramenta para ação policial: Disque-Denúncia, uma experiência em curso. 2001**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- CARUSO, Haydée. “Choque de ordem na Lapa”: uma análise sobre as lógicas e práticas de policiamento no centro cultural do Rio de Janeiro. In: KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin (orgs.). **Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. v. 1, p. 71-110.
- CARUSO, Haydée. A ordem e a desordem de ontem e de hoje: notas etnográficas sobre a polícia na Lapa carioca. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 66-83, 2015.
- CARUSO, Haydée. **Das práticas e dos seus saberes: a construção do fazer policial entre as praças da PMERJ**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- CARUSO, Haydée. **Entre ruas, becos e esquinas: a construção da ordem na Lapa carioca**. Brasília: Editora UnB, 2016.
- CARUSO, Haydée. **Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa Carioca**. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane; PINTO, Nalayne Mendonça. Da escola de formação à prática profissional: um estudo comparativo sobre a formação de praças e oficiais da PMERJ. In: SENAP, ANPOCS. **Segurança, justiça e cidadania: pesquisas aplicadas em segurança pública Senasp/Anpocs**. Brasília-DF, Ano II, n. 04, pp. 101-118. 2010.
- CARUSO, Haydée; SILVA, Juliana Ferreira; SUASSUNA, R.; ALBERNAZ, E. R.; FIGUEIRA, M. G.; SILVA, L. M.; OLIVEIRA, R. M.; DE MORAES, Yuri. Educação a distância em segurança pública no Brasil: um estudo sobre os efeitos da Rede EAD-SENASP na trajetória dos seus discentes. In: PARESCHI, Ana Carolina Cambeses; ENGEL, Cíntia Liara; BAPTISTA, Gustavo Camilo; NEVES, Alex Jorge das (orgs.). **Coleção Pensando a Segurança Pública**, v. 7. Brasília: [editora], p. 215-256. 2016.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio: estudo de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- PINTO, N. M., CARUSO, H., PATRÍCIO, L., ALBERNAZ, E. R., CORTES, V. D. A. Cursos de pós-graduação em segurança pública e a construção da Renasp como política pública: considerações sobre seus efeitos a partir de diferentes olhares. In: **Segurança pública e direitos humanos: temas transversais**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, p. 226-260. 2014.



Herbert Bachett, Yacine Guellati, Luciane Patrício e Juliana Ferreira da Silva

SOARES, L. E. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

